



Plataforma CLAV: garantindo a interoperabilidade semântica e preparando o acesso continuado à informação

Alexandra Lourenço^a, José Carlos Ramalho^b, Madalena Ribeiro^c, Maria Rita Gago^d, Pedro Penteado^e

^a *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal,
alexandra.lourenco@dglab.gov.pt*

^b *Universidade do Minho, Portugal,
jcr@di.uminho.pt*

^c *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal,
madalena.ribeiro@dglab.gov.pt*

^d *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal, m-
rita.gago@dglab.gov.pt*

^e *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal,
pedro.penteado@dglab.gov.pt*

Resumo

A comunicação apresenta as principais políticas e estratégias europeias e nacionais em torno da interoperabilidade, dados abertos e preservação digital. Especifica os principais resultados dos diversos projetos desenvolvidos pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para promover a interoperabilidade semântica na Administração Pública, bem como uma adequada classificação e a avaliação da informação arquivística. Salienta-se, entre eles, a Lista Consolidada para a classificação e a avaliação da informação pública (LC).

A comunicação centra-se depois na apresentação da Plataforma CLAV, que disponibiliza a LC e permite a desmaterialização da construção de instrumentos estruturantes para a gestão da informação, tais como planos de classificação e tabelas de seleção, além de possibilitar o controlo da eliminação da informação pública. A adoção de esquemas de metainformação para a interoperabilidade, a par da disponibilização de uma linguagem comum aos vários organismos da Administração existente na LC, através da CLAV, permitirá a integração com sistemas de informação organizacionais e a troca de informação entre entidades.

A comunicação apresenta ainda um modelo integrado onde se demonstra que a Plataforma potencia a preservação digital, nomeadamente na preparação da informação arquivística, desde a produção até ao seu ingresso em repositórios secundários de modelo OAIS, com vista à sua posterior gestão e disponibilização.

A comunicação aborda ainda os cenários de enquadramento legal previstos para o funcionamento da Plataforma CLAV.

Palavras-chave: Avaliação suprainstitucional, classificação funcional, interoperabilidade semântica, Lista Consolidada, Plataforma CLAV.

Introdução

Nos últimos tempos temos assistido à definição de políticas e estratégias, na Europa e em Portugal, para a interoperabilidade, preservação digital e disponibilização de dados abertos, nos domínios da ciência aberta e da Administração Pública (AP). Neste contexto, merecem destaque o novo Quadro Europeu de Interoperabilidade, de 2017 (Comunicação (2017) 124 da Comissão Europeia), bem como a Declaração de Talin, de 2017, que segue o “Plano de ação europeu (2016-2020) para a administração pública em linha” e reconhece a necessidade de serviços públicos digitais interoperáveis e de uma maior abertura e transparência no acesso dos cidadãos aos dados recolhidos pela AP.

Deve ainda ser considerada a política europeia de livre acesso aos dados, preconizada pela Diretiva 2013/37/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, transposta para a Lei n.º 26/2016, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e promove a sua reutilização através do uso de formatos de dados abertos.

Não podemos ainda deixar de referir a Recomendação da Comissão sobre a digitalização e a acessibilidade em linha de material cultural e a preservação digital (2011/711/UE) da informação de conservação permanente.

Em simultâneo, no contexto nacional, têm sido promovidas políticas para a transformação digital na Administração Pública, consignada em diplomas e documentos orientadores, como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018 que procedeu à revisão do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital, a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 108/2017, de 26 de julho, que aprovou a Estratégia TIC 2020, com 3 eixos: 1/ integração e interoperabilidade; 2/ inovação e competitividade e 3/ partilha de recursos.

Merece ainda destaque a RCM n.º 51/2017, de 19 de abril, que pretende reduzir o consumo de papel na Administração Pública, “promovendo a otimização de processos e a modernização de procedimentos administrativos”, nomeadamente através da desmaterialização de processos, da promoção da adoção de sistemas de gestão documental eletrónica ou outros e da digitalização de documentos destinados a ser arquivados. Entre as medidas previstas estão a adoção de processos de “classificação, avaliação e seleção de informação, tendo em consideração, sempre que possível, os princípios de uma Macroestrutura Funcional (MEF) e a Avaliação Supra-Institucional na Administração (ASIA)”. Viria a ser reajustada com a RCM n.º 141/2018 de 26 de outubro.

Neste contexto, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), organismo de coordenação da política arquivística, tem vindo a desenvolver novas práticas de promoção da interoperabilidade semântica e de gestão da informação arquivística, nomeadamente ao nível da sua classificação e da avaliação, tendo em vista o acesso continuado a esta informação. A DGLAB tem procurado apresentar um conjunto de iniciativas de que se destaca a publicação da Lista Consolidada para a classificação e avaliação da informação pública (LC), que serve de referencial para a construção normalizada dos planos de classificação e tabelas de seleção das entidades que executam funções de Estado.

Os dados dos planos de classificação são também utilizados na produção de metainformação descritiva (registo) e classificação dos documentos, que servem para os identificar aquando da sua comunicação através de diferentes sistemas, por ex., através da plataforma de Interoperabilidade da Administração

(iAP). Com efeito, no Modelo de Dados Canónico que irá estar associado à iAP está prevista a utilização do código de classificação proveniente da Lista Consolidada.

Esta Lista é o resultado de projetos colaborativos e transversais que envolveram representantes de centenas de entidades da AP e que ocorreram sobretudo na última década. Visaram a construção de uma linguagem comum para a classificação da informação arquivística, numa perspetiva funcional. Tem ainda como objetivo a avaliação dessa informação, numa perspetiva suprainstitucional. Referimo-nos ao projeto Macroestrutura Funcional (MEF) (2011-2013), que teve por fim a identificação das funções e subfunções executadas pela Administração Pública, ao projeto “Harmonização de terceiros níveis em planos de classificação conformes à MEF” (2013-2014), que teve por finalidade a identificação de processos de negócio em que se decompõem as funções, e ao projeto “Avaliação suprainstitucional da informação arquivística” (ASIA) (2015-2016), que teve por objetivo a harmonização, entre as entidades públicas, dos prazos de conservação e destinos finais da documentação produzida no âmbito dos processos de negócio.

Em concreto, a Lista Consolidada consiste numa estrutura hierárquica de classes que representam as funções, subfunções e processos de negócio executados pela Administração Pública, contemplando a sua descrição e avaliação. Esta estrutura contempla classes de 1.º nível, representação das funções da AP (resultante do projeto MEF); classes de 2.º nível, representação das subfunções da AP (resultante do projeto MEF); classes de 3.º nível, representação dos processos de negócio (PN) executados pela AP (resultante do projeto de “Harmonização dos 3.ºs níveis”, no que diz respeito à identificação e descrição dos PN e do projeto ASIA, no que diz respeito à sua avaliação); classes de 4.º nível, representação de subdivisão dos processos de negócio para efeitos de avaliação. Esta última classe apenas foi definida nos casos em se revelou necessário atribuir diferentes prazos e destinos finais à materialização informacional de distintas etapas dos PN (resulta do projeto ASIA) (cf. http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2017/08/FT2_LC.pdf).

Todas estas iniciativas coordenadas pela DGLAB se conjugam com a sua estratégia no domínio da preservação digital, nomeadamente na preparação da informação arquivística para ingresso em repositórios secundários de modelo OAIS e sua posterior gestão e disponibilização (cf., por ex., o projeto “Continuidade digital”- <http://1seminariopreservacaopatrimonioidigital.dglab.gov.pt/projeto-continuidade-digital/>).

Para operacionalizar a utilização da LC, a DGLAB, enquadrada pela Medida 51 do Programa de simplificação administrativa Simplex +, intitulada “Arquivo digital”, procedeu, no âmbito do Aviso SAMA n.º 02/SAMA2020/2016, ao desenvolvimento do Projeto “M51-CLAV - Arquivo digital: Plataforma modular de classificação e avaliação da informação pública”. Para o efeito, obteve a colaboração da Universidade do Minho para os trabalhos da componente tecnológica e da empresa Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS), para a alteração do Regime jurídico da classificação e avaliação da informação arquivística (RJCAIA).

A Plataforma CLAV disponibiliza um conjunto de produtos e serviços orientados para a Administração Pública, as empresas e o cidadão, de que destacamos uma ontologia com os processos de negócio das entidades que exercem funções públicas (Lista Consolidada, LC), associados a um catálogo da legislação que os regula e a um outro catálogo dos organismos que os executam e que são responsáveis pela preservação da informação produzida nesse contexto e pela gestão do seu ciclo de vida.

Integra ainda tabelas de seleção, derivadas da LC, com identificação das classes e do ciclo de vida da informação associada aos processos de negócios (prazos de conservação administrativa e destino final) para implementação em contexto organizacional ou pluriorganizacional. Os dados das tabelas de seleção, tal como sucede com os da LC, são disponibilizados em formato aberto, para facilitar a sua

integração nos sistemas de informação organizacionais. Como referimos, são utilizados no registo e na classificação da informação, enquanto metainformação dos documentos integrados nestes sistemas, bem como para a troca destes documentos entre entidades organizacionais, promovendo a interoperabilidade semântica, por via do uso de uma linguagem comum.

Por outro lado, a Plataforma viabiliza ainda a desmaterialização dos procedimentos associados à atualização da Lista Consolidada, à elaboração das tabelas de seleção e ao controlo da eliminação da informação arquivística, através da submissão de autos diretamente na Plataforma. Esta submissão é obrigatória para todas as entidades públicas que pretendam eliminar documentos ou informação produzida no âmbito das suas atividades, de acordo com o Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro, e as portarias de gestão de documentos subsequentes. A Plataforma será ainda utilizada na elaboração, aprovação, atualização e controlo de aplicação de Relatórios de avaliação de documentação acumulada (RADA) da AP, pela DGLAB.

Está também previsto que estes dados possam alcançar outros públicos, através da disponibilização em formatos abertos na Plataforma Dados.gov e no Portal ePortugal - <https://eportugal.gov.pt/> (anterior Portal do cidadão), bem como a sua referenciação no catálogo europeu de ativos semânticos da Joinup (plataforma colaborativa da Comissão Europeia, inserida no Programa ISA2 - Interoperability solutions for public administrations, businesses and citizens).

Neste contexto, a comunicação tem como objetivos:

1. Apresentar a Plataforma CLAV – “Classificação e avaliação da informação pública”, desenvolvida pela DGLAB com vista à disponibilização da Lista Consolidada, como base para a interoperabilidade semântica, no âmbito da metainformação relativa à classificação, bem como para o desenvolvimento da avaliação e de outras funções arquivísticas;
2. Dar conhecimento dos modelos jurídicos possíveis para a utilização e exploração da CLAV, entre os quais a proposta de RJCAIA;
3. Integrar a Plataforma CLAV num modelo integrado de gestão e controlo da informação, desde a sua produção, até ao seu ingresso em repositórios secundários de preservação digital, de modo a garantir que podemos aceder-lhe de modo continuado.

Método

O método centra-se no estudo de caso da Plataforma CLAV – “Classificação e avaliação da informação pública”.

A CLAV foi desenvolvida com base nas seguintes etapas:

- 1/ Levantamento de requisitos funcionais e não funcionais;
- 2/ Modelação e análise de informação;
- 3/ Implementação de sistema de suporte à ontologia que comporta a Lista Consolidada;
- 4/ Implementação de sistema de controlo da eliminação da informação pública;
- 5/ Testes, avaliação de usabilidade e implementação de melhorias (Lourenço et al., 2019).

A construção da CLAV beneficiou do trabalho colaborativo anteriormente desenvolvido com vista à construção da MEF e da Lista Consolidada.

Por outro lado, referenciamos metodologicamente o modelo integrado de gestão da informação em que a Plataforma se insere, de modo a permitir que as organizações da Administração Pública e outras

possam classificar e avaliar a referida informação, a possam utilizar em contexto de interoperabilidade, contribuindo para a assegurar a preservação e acesso àquela que deve ser guardada permanentemente.

Resultados

Apresentam-se de seguida os principais resultados decorrentes do desenvolvimento da Plataforma, nas etapas definidas no ponto anterior, e a sua situação atual, de modo a especificar os tipos de utilização que a CLAV possibilita.

Entre esses resultados figuram a definição e apresentação de:

1. Requisitos para as entidades abstratas do modelo ontológico e respetiva gestão;
2. Requisitos para a interface e a interoperabilidade;
3. Requisitos para a autenticação;
4. Modelo ontológico e sua especificação (sobre os pontos 1) a 4), (cf. Lourenço et al., 2019). As principais entidades abstratas identificadas no modelo e suas relações encontram-se registadas no esquema da Figura 1.

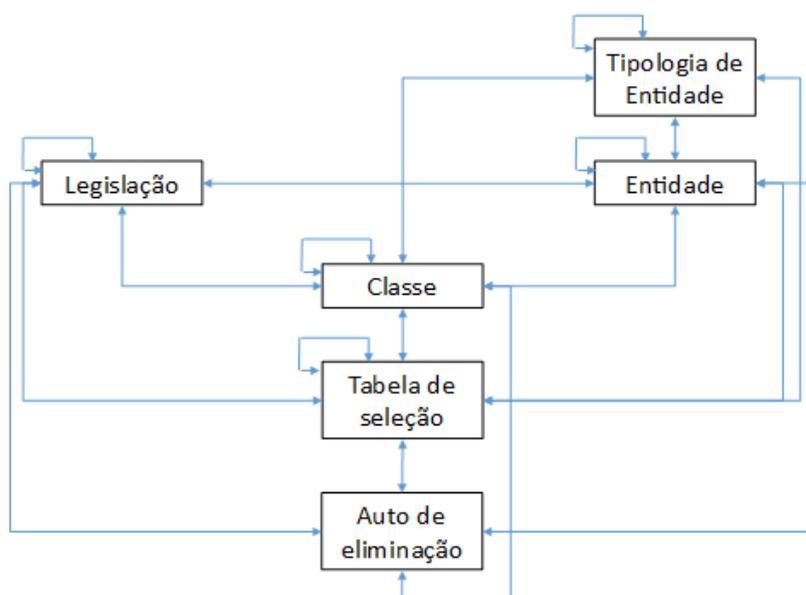


Fig. 1 - Principais entidades abstratas e relações identificadas no modelo ontológico

5. Resultados da disponibilização da ontologia.

É de referir ainda que a migração de dados para a ontologia Lista Consolidada (LC) da Plataforma CLAV foi antecedida de um trabalho exaustivo de revisão e de normalização da informação resultante dos contributos não normalizados de mais de uma centena de entidades, ao longo de quase uma década. Estes dados encontravam-se em folha de cálculo, que fora disponibilizada publicamente em 2017, após um processo de audição pública que decorreu no ano anterior.

Foram criadas listas de vocabulário controlado aplicadas aos campos passíveis de normalização. Destaca-se o trabalho relativo às “Forma de Contagem do Prazo de Conservação Administrativa”, que contava com mais de 300 expressões diferentes, o qual deu origem a uma lista de vocabulário controlado com apenas 7 entradas.

A Plataforma CLAV foi disponibilizada ao público a 22 de julho de 2018, no endereço: <http://clav.dglab.gov.pt>, onde pode ser consultada.

As principais funcionalidades disponibilizadas, nessa data, foram as seguintes:

- Consulta da Lista Consolidada – Processos de Negócio;
- Consulta de Entidades (instituições);
- Consulta de Legislação;
- Consulta de Termos de Índice (associados a cada Processo de Negócio).
- Consulta de documentos técnicos e de notícias.

No processo de consulta, o utilizador pode efetuar a ligação entre as várias entidades da ontologia, consoante as suas necessidades (por exemplo, pode verificar que entidades organizacionais são participantes num determinado processo selecionado ou que legislação o regula e a seguir pode identificar as classes deverão constar na sua tabela de seleção).

Mais recentemente, a 19 de julho de 2019, foram disponibilizadas as seguintes funcionalidades:

1. Registo de utilizadores designados pelas entidades como seus representantes na interação com a DGLAB, via CLAV;
2. Proposta de criação assistida de novos Processos de Negócio para a Lista Consolidada, através de operações automatizadas de articulação entre o contexto de avaliação e as decisões de avaliação;
3. Criação assistida, através de operações automatizadas, ou submissão de Tabelas de seleção organizacionais ou pluriorganizacionais, através da submissão de ficheiro CSV ou XLS, passível de obtenção pré-preenchido para complemento de dados;
4. Submissão de Autos de eliminação;
5. Registo de Entidades e Tipologia de Entidades;
6. Registo de Legislação.

Discussão

Existem ainda algumas funcionalidades que serão disponibilizadas até ao final de 2019. A saber:

1. API de dados (“Application Programming Interface” – conjunto de funções e procedimentos que permitem a criação de aplicações que acedem à informação, neste caso, da base de dados ontológica da CLAV) para funcionar como interface máquina-máquina, sem intervenção humana. Esta interface foi desenvolvida seguindo uma metodologia REST. As operações estão acessíveis através de URLs e respondem com informação em JSON (em breve serão disponibilizados outros formatos de exportação ao nível da API). Uma ideia subjacente a esta arquitetura aplicacional é, no futuro, ser possível criar uma série de novas aplicações usando a API do CLAV com lógicas de negócio distintas da planeada originalmente.
2. Os catálogos de dados abertos podem ser descarregados a partir da Plataforma nos formatos:

CSV, RDF (OWL, SKOS) e XML.

Até ao final do 1.º semestre de 2020, serão desenvolvidas ainda as seguintes funcionalidades da Plataforma:

1. Submissão de relatórios de avaliação de documentação de uso não corrente e acumulada e o controlo dos referidos relatórios, aproveitando os levantamentos de requisitos e modelação específicos já efetuados este ano;
2. Disponibilização de ferramentas para a elaboração e submissão de planos de preservação digital e planos de substituição de suporte.

Estão também previstas ações de divulgação da Plataforma com sessões nacionais e regionais, bem como sessões especializadas, orientadas para o meio académico e para o meio empresarial.

Embora as funcionalidades da Plataforma CLAV estejam a ser disponibilizadas, o Projeto M51-CLAV, associado às medidas do Simplex+, apenas cumprirá integralmente os seus objetivos se a componente relativa à alteração do Regime jurídico da classificação e avaliação da informação arquivística (RJCAIA) se vier a concretizar.

A proposta de diploma previa, entre outros aspetos:

1. A revogação do Decreto-Lei n.º 447/88, que regula a pré-arquivagem, implicando a substituição a publicação das atuais portarias de gestão de documentos no “Diário da República” por mecanismos de simplificação do processo de aprovação de tabelas de seleção e sua publicitação através da Plataforma CLAV;
2. A atribuição de valor probatório aos documentos digitalizados de acordo com requisitos pré-definidos;
3. O alargamento do âmbito subjetivo do novo diploma legislativo, abrangendo mais entidades do que as que vinham expressas no Decreto-Lei n.º 447/88;
4. A elaboração de um Regulamento Geral de classificação e avaliação, a aprovar pelo Diretor-Geral da DGLAB, que permitisse complementar a proposta de Decreto-Lei, especificando os procedimentos necessários para a implementação nestas áreas, bem como nas áreas do registo, transferência e substituição de suporte e preservação digital
5. A responsabilização dos produtores e detentores de informação pública.

A proposta de diploma encontra-se em tramitação, foi discutida no âmbito interministerial, não tendo sido concluído este processo na atual legislatura.

Esta situação tem como consequência a manutenção da morosidade dos processos de aprovação das portarias, como é o caso da PGD da Administração Local, concluída e remetida em 2018 para o Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais.

Outra consequência é a manutenção dos procedimentos de digitalização, que todos os dias são efetuados aquando da captura de documentos em sistemas de gestão de documentos (SGD) e sistemas de informação da área de negócio (business systems - BS), sem garantia legal de valor probatório.

Na ausência do RJCAIA a Plataforma CLAV teve de ser adaptada para responder ao Decreto-Lei 447/88.

Apesar destes condicionalismos, considera-se que a utilização da Plataforma CLAV constitui um fator diferenciador, face à situação anterior, para a boa gestão da informação pública.

Na nossa perspetiva, a CLAV é essencial para suportar um modelo integrado de gestão da informação, como o que passamos a apresentar, a partir de uma adaptação do DCC Curation Lifecycle Model (cf. <http://www.dcc.ac.uk/resources/curation-lifecycle-model>). O modelo integra as seguintes funcionalidades e componentes.

A. Funcionalidades:

- a) **Conceptualização** – Corresponde à conceção e planeamento de instrumentos e procedimentos de gestão da informação (ex.: esquemas de metainformação, tabela de seleção, plano de preservação digital), de acordo com referenciais político-legais e normativos.
- b) **Produção** – Corresponde à criação e receção de informação, através da sua captura com inclusão de metainformação descritiva, técnica, estrutural e administrativa, que pode ser proveniente de sistemas de informação externos.
- c) **Organização e representação** – Corresponde à estruturação da informação de acordo com o plano de classificação e criação de agregações (pastas), bem como à sua descrição de acordo com os esquemas de metainformação selecionados.
- d) **Armazenamento** – Corresponde à conservação da informação, de forma segura, em sistemas de armazenamento primários que garantam as evidências da cadeia de custódia e, conseqüentemente, a autenticidade e integridade dos documentos.
- e) **Avaliação, seleção e eliminação** – Corresponde ao reconhecimento da informação que prescreveu os prazos de conservação administrativa, cumpridas as respetivas formas de contagem, com vista à sua eliminação ou conservação a longo prazo.
- f) **Preservação digital** – Corresponde ao conjunto de actividades ou processos que garantem o acesso continuado e a usabilidade da informação no longo prazo, preservando os seus atributos específicos, tais como autenticidade e integridade. Estes processos implicam a transferência para repositórios secundários orientados para a preservação digital, constituídos de acordo com o modelo preconizado pela norma ISO 14721: 2012 - Space data and information transfer systems — Open archival information system (OAIS) — Reference model. O modelo inclui as ações de ingestão, administração, armazenamento secundário e disponibilização, que obrigam à existência dos vários tipos de metainformação referidos na alínea a).
- g) **Acesso e reutilização** – Corresponde à disponibilização de informação fornecendo-lhe contexto suficiente de modo a garantir a sua localização e utilização pelos produtores ou por novos utilizadores, ao longo do tempo, podendo ser reutilizada e transformada em novos documentos.

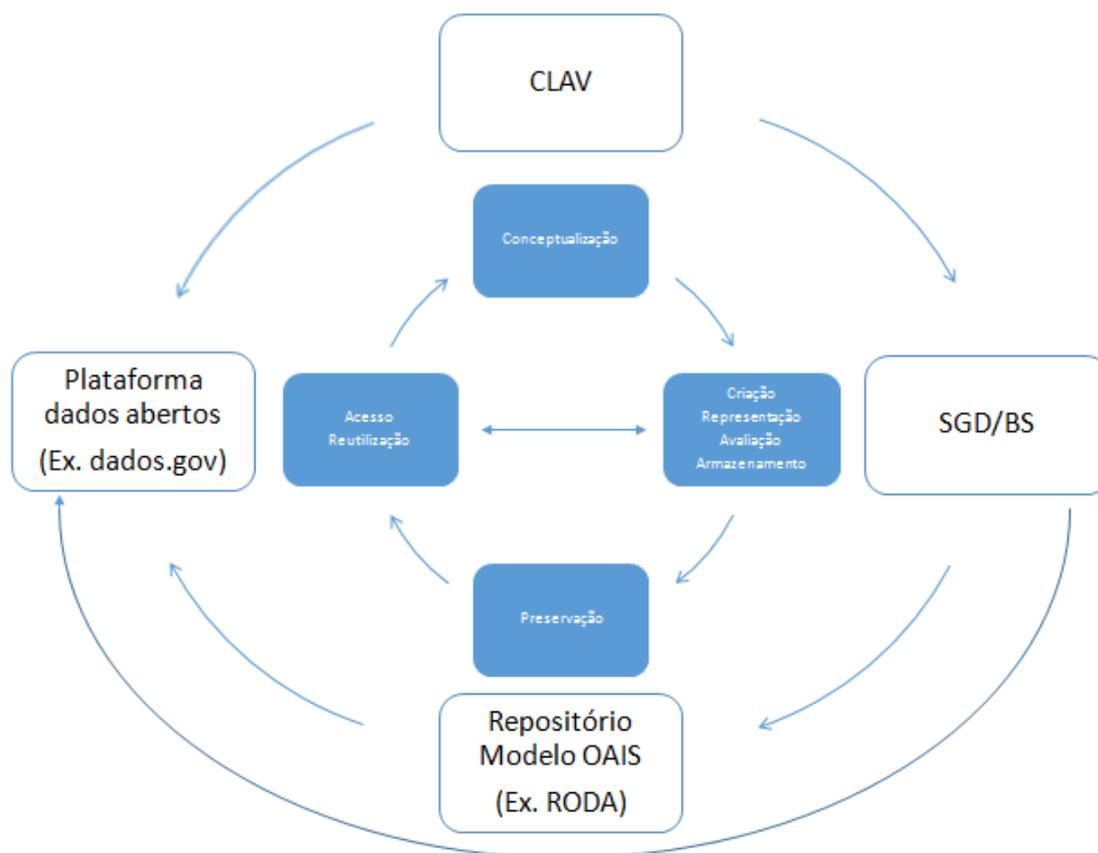


Fig. 2 - Papel da CLAV num modelo integrado de gestão da informação

B. Meios tecnológicos e informacionais de suporte às funcionalidades:

Para garantir as funcionalidades de gestão da informação identificadas nas alíneas b) a e) e g) podem ser utilizados sistemas de gestão de documentos (SGD) e business systems (BS), bem como repositórios de preservação digital, no que diz respeito à alínea f) (ex.: RODA – Repositório de Objetos Digitais Autênticos). Estes últimos recebem dos SGD e BS a informação que deve ser preservada no longo prazo. Quer os SGD e BS, quer os repositórios secundários, podem disponibilizar dados ou informações em plataformas de dados abertos (ex.: dados.gov), promovendo a sua reutilização.

A Plataforma CLAV disponibiliza aos SGD e BS, em linguagem máquina, os dados a utilizar na classificação e avaliação (tabelas de seleção) dos documentos capturados. Estes dados mantêm-se associados à informação ao longo do seu ciclo de vida (metainformação), permitindo a estruturação, representação, seleção, preservação e acesso continuado à mesma.

Em concreto, este modelo de funcionamento possibilita que na ação de registo de um documento capturado, efetuado, por ex., num SGD, se associe um código de classificação constante na LC e na TS dela derivada, e se proceda à integração desse documento numa agregação (pasta). Este código tem ainda associado a metainformação relativa à avaliação, permitindo operacionalizar a ação de eliminação ou de migração para repositório secundário, após o cumprimento dos prazos de conservação administrativa, dessa agregação.

Esta metainformação acompanha o documento aquando da sua ingestão no repositório secundário, integrando o SIP – Submission information package, garantindo a sua estruturação, recuperação e disponibilização no longo prazo.

Esta metainformação (nomeadamente as decisões de avaliação) é, assim, um elemento chave para que sejam apenas integrados no repositório secundário os documentos e agregações de conservação permanente, contribuindo para uma gestão mais eficiente e económica da informação.

Conclusões

Ao longo da comunicação ficou claro que a Plataforma CLAV “Classificação e avaliação da informação pública” assume um papel fundamental na gestão de documentos do país. Em primeiro lugar, ao nível da facilitação do registo, estruturação e controlo dos documentos capturados, bem como da promoção da interoperabilidade semântica através da implementação do esquema de metainformação associado ao Modelo de Dados Canónico, nomeadamente na inserção dos dados referentes ao código de classificação em documentos objeto de troca entre entidades e sistemas tecnológicos de informação, via iAP. A Plataforma tem ainda a vantagem de permitir a construção dos referenciais de gestão de documentos que possibilitam ultrapassar os múltiplos constrangimentos das alterações político-administrativas, nomeadamente através de instrumentos para a classificação da informação de natureza funcional.

Por outro lado, a CLAV, ao tornar público os processos que envolvem os vários organismos da Administração, permite identificar a informação pública cuja eliminação se encontra autorizada. Constitui, pois, um instrumento promotor da transparência administrativa, facilitador da sua verificação pelo Estado e pela sociedade e promotor de uma cidadania ativa.

Salienta-se, por último, as vantagens da utilização da LC e, conseqüentemente, das tabelas de seleção derivadas, constantes na CLAV, no processo de aplicação do Regulamento Geral da Proteção de Dados, nomeadamente o potencial de uso no âmbito da fundamentação para a eliminação e conservação dos dados pessoais.

Na comunicação demonstrou-se ainda a necessidade de reforçar a utilização e exploração da CLAV com base em disposições legais que permitam ultrapassar o antigo quadro legal em vigor para a avaliação da informação pública.

Por último, foi apresentado um modelo integrado de gestão e controlo da informação, desde a sua produção, até ao seu ingresso em repositórios secundários de preservação digital, salientando o papel da CLAV nesse enquadramento. Deste modo foi apresentada a Plataforma CLAV como um instrumento facilitador da gestão das ontologias utilizadas nos sistemas tecnológicos e na Plataforma de interoperabilidade da Administração. Referenciou-se ainda a sua aplicação na avaliação da informação pública, com vista à sua seleção e preservação a longo prazo, salientando a sua importância no acesso continuado ao património arquivístico do país.

Esperamos que, deste modo, tenhamos conseguido sensibilizar os profissionais da informação para este novo contexto da gestão de documentos públicos e para a necessidade de anteciparem a preparação da mudança que se avizinha.

Referências bibliográficas

LOURENÇO, A.; RAMALHO, J. C.; GAGO, M. R.; PENTEADO, P. (2019) - Plataforma CLAV: contributo para a disponibilização de dados abertos da Administração Pública em Portugal. *E-LIS*. [Em

linha]. Preprint. [Consult. 12 Set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://eprints.rclis.org/38643/>>.

LOURENÇO, A.; RAMALHO, J. C.; GAGO, M. R.; PENTEADO, P. (2018) - Transformação digital: novas políticas e procedimentos para a classificação e a avaliação da informação. *13.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Atas*. [Em linha]. Lisboa: BAD. [Consult. 12 Set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1861>>.

LOURENÇO, A.; RAMALHO, J. C.; GAGO, M. R.; PENTEADO, P. (2017) - Plataforma M51-CLAV: o que há de novo? [Em linha]. *CIGIA - Conferências Internacionais de Gestão da Informação e Arquivos*. Lisboa: BAD. [Consult. 12 Set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: https://www.bad.pt/eventos/wp-content/uploads/2018/01/CIGIA_COM_01.pdf>.

LOURENÇO, A.; RAMALHO, J. C.; GAGO, M. R.; PENTEADO, P. (2016) - Simplex +: o que precisamos para além da Medida 51? [Em linha]. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. N.º 12. Lisboa: BAD. [Consult. 12 Set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1535/1465>>.

LOURENÇO, A.; PENTEADO, P. (2014) - Una estrategia para mejorar el acceso y la reutilización de la información pública en Portugal: el papel de la interoperabilidad semántica. *Girona 2014: Archivos e Industrias Culturales*. [Em linha]. Girona: ICA. [Consult. 12 Set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.girona.cat/web/ica2014/ponents/textos/id200.pdf>>.
